

- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

## -- PROVA OBJETIVA --

### DIREITO PENAL MILITAR

#### Questão 1

Na aplicação da lei penal militar, o Código Penal Militar adota a teoria

- Ⓐ da ubiquidade, pela qual se considera praticado o crime comissivo no lugar onde se desenvolveu a atividade criminosa, no todo ou em parte, e onde o resultado se produziu ou deveria produzir-se.
- Ⓑ da atividade, segundo a qual se considera praticado o crime no lugar onde foi realizada a ação criminosa ou, no caso de crime omissivo, onde deveria realizar-se a ação omitida.
- Ⓒ mista do lugar do crime, já que se aplica a teoria da ubiquidade aos crimes omissivos e se aplica a teoria da atividade aos crimes comissivos.
- Ⓓ da extraterritorialidade, uma vez que se aplica a legislação nacional quando o crime é praticado por brasileiro fora do território nacional, desde que o agente não tenha sido julgado pela justiça estrangeira.
- Ⓔ da territorialidade, pois se aplica a legislação brasileira aos crimes praticados por militar fora do território nacional em tempo de paz, desde que existam convenções ou tratados de direito internacional.

#### Questão 2

A respeito da suspensão condicional da pena (*sursis*), julgue os itens que se seguem.

- I Trata-se de medida alternativa que evita a restrição da liberdade, embora conserve seu caráter de pena.
- II O *sursis* ostenta a categorização jurídica de medida alternativa, de modo que o período de prova não se confunde com o tempo de cumprimento de pena.
- III O tempo do período de prova pode ser utilizado como requisito para a obtenção de livramento condicional.
- IV Se for reformada a condenação, o período de prova do *sursis* cumprido pode ser utilizado para a diminuição da pena, em condenação por outro crime.

Assinale a opção correta.

- Ⓐ Apenas o item I está certo.
- Ⓑ Apenas o item II está certo.
- Ⓒ Apenas o item III está certo.
- Ⓓ Apenas o item IV está certo.
- Ⓔ Nenhum item está certo.

#### Questão 3

Segundo entendimento da doutrina e do STM, consideram-se crimes militares em tempos de paz, consoante o CPM, aqueles

- I praticados por militar em situação assemelhada à da atividade militar, contra civil na situação também assemelhada à de militar, fora de local sujeito à administração militar.
- II praticados por civil contra as instituições militares, incluindo-se os crimes contra militar em função de natureza militar, ainda que fora do lugar sujeito à administração militar.
- III praticados por militar em situação de atividade, em lugar sujeito à administração militar, contra militar reformado ou civil.
- IV praticados por agente e vítima militares, em lugar de administração militar, mesmo que eles desconheçam a condição um do outro.
- V praticados por militar da reserva, excluindo-se o civil ou o militar reformado, contra o patrimônio sob a administração militar, ou contra a ordem administrativa militar.

Estão certos apenas os itens

- Ⓐ I e II.
- Ⓑ I e IV.
- Ⓒ I, III e V.
- Ⓓ II, III e IV.
- Ⓔ II, IV e V.

#### Questão 4

O tenente João, motivado por discussão ocorrida em momento anterior, adentrou o alojamento e acertou um soco no rosto do tenente José, que se encontrava sentado em sua cama. Na iminência de novo ataque de João, José revidou e aplicou-lhe um soco, que ocasionou o desmaio de João.

Nessa situação hipotética, a postura de José enquadra-se na exclusão do crime em razão de

- Ⓐ erro quanto ao bem jurídico.
- Ⓑ estado de necessidade.
- Ⓒ coação irresistível.
- Ⓓ legítima defesa.
- Ⓔ erro de fato.

#### Questão 5

Acerca de concurso de agentes, imputabilidade e aplicação da pena no direito penal militar, assinale a opção correta.

- Ⓐ É imputável o agente que, por embriaguez completa, proveniente de caso fortuito ou força maior, era, ao tempo da ação ou da omissão, incapaz de entender o caráter criminoso do fato.
- Ⓑ É reincidente o agente que comete novo crime depois de transitada em julgado a sentença que o tenha condenado por crime anterior, e é facultado ao juiz agravar-lhe a pena.
- Ⓒ É excluída a imputabilidade caso a doença ou a deficiência mental do agente diminua consideravelmente a capacidade de entendimento da ilicitude do fato.
- Ⓓ Pode ser atenuada a pena se a doença ou a deficiência mental não suprime, mas diminui consideravelmente, a capacidade de entendimento da ilicitude do fato ou a de autodeterminação.
- Ⓔ São puníveis o ajuste, a determinação, a instigação e o auxílio, ainda que haja disposição em contrário e que o crime não chegue a ser tentado.

**Questão 6**

No que concerne à pena e à sua aplicação, assinale a opção correta.

- A** É facultada a atenuação da pena do condenado que, por sua espontânea vontade, antes do julgamento, tenha reparado o dano causado pela ação criminosa.
- B** É incompatível o cumprimento de pena em estabelecimento de região diferente do local em que foi condenado, em face da repercussão na administração militar.
- C** Havendo mais de uma agravante ou mais de uma atenuante, devem ser aplicadas todas elas, respeitados os limites da pena prevista para o crime.
- D** As penas máximas e mínimas constituem diferença formal entre reclusão e detenção, uma vez que as penas variam entre 1 ano e 30 anos na reclusão, e entre 30 dias e 10 anos, na detenção.
- E** No caso de pena de suspensão do exercício do cargo, estando o condenado na reserva quando da sentença, este deverá apresentar-se para cumprir a suspensão, sem vencimentos.

**Questão 7**

O livramento condicional

- A** é revogado se o liberado vem a ser condenado por crime anterior, ainda que o somatório das penas não ultrapasse a metade da pena cumprida.
- B** pode ser concedido ao condenado menor de vinte e um anos ou maior de setenta anos que tenha cumprido um terço da pena, ainda que reincidente.
- C** é revogado se o liberado deixa de cumprir qualquer das obrigações constantes da sentença ou vier a sofrer nova condenação penal.
- D** não pode ser concedido ao condenado em concurso de infrações cujas penas unificadas sejam superiores a quatro anos.
- E** impõe condição de reparar o dano causado pelo crime ao condenado à pena privativa de liberdade que a ele tenha direito, salvo impossibilidade de fazê-lo.

**Questão 8**

Após ser condenado pelo crime militar de roubo simples, previsto no artigo 242 do Código Penal Militar, com pena de reclusão, de quatro a quinze anos, o tenente Silva, militar da ativa do quadro de oficiais combatentes do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Rondônia, de acordo com o Código Penal Militar, estará sujeito à pena acessória de

- I perda do posto e patente, não sendo necessário que essa pena acessória conste expressamente da sentença.
- II declaração de incompatibilidade com o oficialato, caso seja condenado em concurso material com o crime militar de tentar internacionalizar o estado de Rondônia.
- III exclusão do quadro de oficiais do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Rondônia, pena acessória esta que se aplica tanto a oficiais quanto a praças.

Assinale a opção correta.

- A** Está certo apenas o item I.
- B** Está certo apenas o item II.
- C** Estão certos apenas os itens I e III.
- D** Estão certos apenas os itens II e III.
- E** Todos os itens estão certos.

**Questão 9**

Ao realizar a fiscalização noturna, durante o serviço ordinário na função de oficial de dia, o tenente Moraes observou o cabo Duarte dormindo durante seu plantão, na guarita de entrada do 20º Grupamento de Bombeiros Militar de Rondônia. Não conseguindo conter sua indignação, o tenente Moraes desferiu golpes com seu próprio capacete de combate a incêndio no rosto do cabo Duarte, vindo a quebrar-lhe os dentes frontais.

Considerando a situação hipotética apresentada e, diante da condenação pela prática do crime militar de violência contra militar de serviço, prevista no artigo 158 do Código Penal Militar, e dos efeitos dela advindos, assinale a opção correta.

- A** Será certa a perda do instrumento utilizado no crime em favor da Fazenda Nacional, ainda que haja direito de terceiro de boa-fé.
- B** O tenente Moraes fica livre de reparar os danos causados ao cabo Duarte, tendo em vista que a conduta praticada foi consequência óbvia do comportamento do subordinado.
- C** Será certa a perda do capacete do tenente Moraes em favor da Fazenda Nacional, já que o instrumento foi utilizado no crime.
- D** Será certa a obrigação do tenente Moraes de reparar o dano causado ao cabo Duarte, todavia, não haverá perda do instrumento do crime em favor da Fazenda Nacional.
- E** Será certa a obrigação do tenente Moraes de reparar o dano causado ao cabo Duarte e a perda do capacete em favor da Fazenda Nacional.

**Questão 10**

O capitão Cabral e o soldado Pedro responderam a processo criminal militar pelo crime militar de violência contra superior, previsto no artigo 157 do Código Penal Militar, cometido em concurso de agentes contra o comandante do 30º Grupamento de Bombeiros Militar do Estado de Rondônia, em que serviam. Após a fase cognitiva, o capitão Cabral recebeu sentença de condenação de três anos de reclusão, tendo sido considerado inimputável, e o soldado Pedro recebeu sentença de absolvição própria, pois ficou esclarecido que estava tentando impedir a agressão contra o comandante.

Na situação hipotética apresentada, e com base no Código Penal Militar e na jurisprudência do Superior Tribunal Militar, é correto afirmar que

- A** o capitão Cabral poderá cumprir medida de segurança em manicômio judiciário, já o soldado Pedro não cumprirá qualquer tipo de medida de segurança.
- B** o capitão Cabral não poderá ser submetido a qualquer tipo de medida de segurança e o soldado Pedro também não estará sujeito a tais medidas.
- C** o soldado Pedro cumprirá medida de segurança em manicômio judiciário, já o capitão Cabral não estará sujeito a qualquer tipo de medida de segurança.
- D** o soldado Pedro poderá ser internado em estabelecimento psiquiátrico anexo ao manicômio judiciário ou ao estabelecimento penal, mas o capitão Cabral não poderá ser submetido a qualquer tipo de medida de segurança.
- E** o capitão Cabral poderá cumprir medida de segurança em manicômio judiciário e o soldado Pedro poderá ser internado em estabelecimento psiquiátrico anexo ao manicômio judiciário.

**Questão 11**

Considere-se que, após o encerramento do inquérito policial militar, o tenente Vieira, subcomandante do 40º Grupamento de Bombeiros Militar do Estado de Rondônia, foi indiciado pela prática do crime militar de constrangimento ilegal, previsto no artigo 222 do Código Penal Militar, contra o soldado Gama.

Em relação à situação hipotética apresentada, é correto afirmar que a ação penal será promovida

- Ⓐ pelo Ministério Público com atribuição militar, mediante denúncia, perante a Auditoria Militar do Tribunal de Justiça do estado de Rondônia.
- Ⓑ pelo advogado do querelante, mediante queixa, perante a Auditoria Militar do Tribunal de Justiça do estado de Rondônia.
- Ⓒ pelo oficial encarregado do inquérito policial militar, mediante denúncia, perante a Auditoria Militar do Tribunal de Justiça do estado de Rondônia.
- Ⓓ pelo Ministério Público com atribuição militar ou pelo Ministério Público civil, mediante denúncia e de forma concorrente, perante a Auditoria Militar do Tribunal de Justiça do estado de Rondônia.
- Ⓔ pelo Ministério Público comum ou pela Polícia Judiciária Militar, mediante denúncia, perante a Auditoria Militar do Tribunal de Justiça do estado de Rondônia.

**Questão 12**

Ao aplicar punição a seu subordinado, o major Moura, comandante do 50º Grupamento de Bombeiros Militar do Estado de Rondônia, excedeu sua faculdade de punição, ofendendo-o por palavras e atos. Por esta prática, o oficial superior foi condenado pelo crime militar de rigor excessivo, previsto no artigo 174 do Código Penal Militar, sendo condenado à pena de suspensão do exercício do posto por dois a seis meses.

Considerando a situação hipotética apresentada e sabendo que o Código Penal Militar regula prescrições que são específicas para crimes militares, assinale a opção correta.

- Ⓐ O prazo de prescrição será de quatro anos em razão da pena específica cominada, não devendo ser observado o prazo prescricional de dois anos do artigo 125, inciso VII, previsto para a ação penal por crimes com pena máxima inferior a um ano.
- Ⓑ O prazo prescricional será regulado pelo artigo 125, inciso VII, do Código Penal Militar, que prevê prescrição de dois anos para a ação penal por crimes cuja pena máxima cominada seja inferior a um ano.
- Ⓒ A prescrição para o referido crime será iniciada somente quando o oficial atingir trinta anos de idade, devido à pena de suspensão do posto.
- Ⓓ O prazo prescricional será regulado pelo artigo 125, inciso VI, do Código Penal Militar, que prevê prescrição de quatro anos para a ação penal por crimes cuja pena máxima cominada seja igual a um ano ou, se superior, não exceda a dois anos.
- Ⓔ Só haverá a extinção de punibilidade para a pena de suspensão do posto, mesmo decorrido o prazo prescricional, quando o condenado atingir a idade de sessenta anos.

**Questão 13**

Considerando os crimes militares cometidos em tempo de paz previstos no Código Penal Militar, praticou crime militar o(a)

- Ⓐ tenente da reserva remunerada que se deslocou ao 90º Grupamento de Bombeiros Militar e se despojou de seu uniforme operacional, jogando-o no lixo, por menosprezo.
- Ⓑ cabo do Corpo de Bombeiros Militar que, durante o gozo de suas férias regulamentares em uma praia do litoral brasileiro, resolveu postar em suas redes sociais uma crítica sobre a escala de serviço especial feita pelo chefe da seção administrativa.
- Ⓒ sargento reformado que compareceu ao 90º Grupamento de Bombeiros Militar e desrespeitou o superior hierárquico diante de outro militar.
- Ⓓ a vítima civil que, após acidente de carro, se indignou contra o cabo do 91º Grupamento de Bombeiros Militar que danificou seu carro durante a prestação de socorro e, por isso, praticou violência contra o referido militar, que estava de serviço.
- Ⓔ militar que, em serviço no interior de um recinto sob a administração militar, praticou o crime de abuso de autoridade contra um civil.

**Questão 14**

Cada uma das opções a seguir apresenta uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada. Assinale a opção correta, considerando os conceitos de crime própria e impropriamente militar.

- Ⓐ O comandante de um Grupamento de Bombeiros Militar cometeu o crime militar de desobediência à decisão judicial proferida pelo juiz militar. Nessa situação, o comandante do Grupamento de Bombeiros Militar cometeu crime propriamente militar.
- Ⓑ Um sargento reformado, ao visitar o quartel do 70º Grupamento de Bombeiros Militar, desobedeceu à ordem do comandante da unidade. Nessa situação, o sargento cometeu crime propriamente militar.
- Ⓒ Durante o serviço ordinário, um tenente da ativa, insatisfeito com uma determinação recebida de seu comandante de companhia, esperou o término do serviço, foi para casa e publicou críticas indevidas ao ato praticado por seu superior nas suas redes sociais. Nessa situação, o tenente praticou crime propriamente militar.
- Ⓓ Uma sargento da ativa furtou o celular da vítima de acidente de carro, enquanto prestava socorro, durante o seu plantão. Nessa situação, a sargento cometeu crime propriamente militar.
- Ⓔ Após passar em frente a um Grupamento de Bombeiros Militar, um jovem civil praticou violência contra a sentinela que estava de plantão na guarda do quartel. Nessa situação, apesar de o agente ser civil, praticou crime impropriamente militar, pois a conduta que praticou é prevista no Código Penal Militar, a vítima era militar e se encontrava de serviço.

**Questão 15**

O soldado Túlio foi condenado por publicar críticas indevidas em suas redes sociais relacionadas a temas que não estão de acordo com a disciplina militar. Em sua defesa, ele argumentou que a pena para o crime era irrisória, que o Estado não deveria observar situações tão pequenas como a ocorrida, que era exagero a tipificação penal do fato e que os bens jurídicos envolvidos não possuíam importância constitucional, social, tampouco jurídica. A despeito dos argumentos apresentados, o juiz militar condenou o soldado.

Considerando a situação hipotética apresentada e os princípios constitucionais com reflexo na lei penal militar, o princípio utilizado pelo legislador penal militar e pelo juiz militar que protege os bens jurídicos militares em questão é o da

- A intervenção mínima.
- B ofensividade.
- C insignificância.
- D adequação social.
- E ultratividade.

**DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR****Questão 16**

A respeito do instituto da menagem, espécie de medida cautelar processual de restrição da liberdade, assinale a opção correta.

- A O tempo de menagem, incluso o que for cumprido na residência do réu, deverá ser contado, em eventual cumprimento de pena.
- B A decretação dessa medida compete ao comando da organização militar onde ela será cumprida.
- C Por se tratar de instituto cautelar exclusivo do direito processual penal militar, a menagem não é aplicável a civis.
- D Independentemente de trânsito em julgado, a sentença condenatória terá como efeito a cessação da menagem.
- E A medida em apreço é obrigatória nos casos de crimes com pena superior a quatro anos em que for cabível a liberdade provisória e o crime tiver sido praticado na unidade militar onde serve o militar réu.

**Questão 17**

O cumprimento da diligência de busca domiciliar, no âmbito do direito processual penal militar,

- A nas casas habitadas, deve ser realizado com o menor incômodo possível aos moradores, inclusive com garantia, pelo executor, de reposição de documentos e objetos não apreendidos a seus locais de origem.
- B exige o mandado de busca, que prescinde de motivação específica e identificação de objetivos quando vinculado a inquérito policial militar (IPM) já instaurado.
- C é vedado, em qualquer hipótese, durante o período noturno.
- D é vedado em hotel e habitação coletiva, que são compreendidos no termo “casa” para fins de proteção legal do domicílio.
- E em caso de ausência de morador, deve ser realizado com imediato arrombamento ou rompimento de obstáculos pelo executor.

**Questão 18**

O julgamento de militar graduado denunciado pelo crime de peculato (art. 303 do CPM) compete, originariamente,

- A ao Conselho Especial de Justiça Militar.
- B ao Conselho Permanente de Justiça Militar.
- C à Corregedoria da Justiça Militar.
- D ao tribunal de justiça do estado.
- E ao Superior Tribunal Militar.

**Questão 19**

A respeito de citação e intimação, assinale a opção correta.

- A O militar preso será citado pessoalmente, bastando, para os demais termos, a intimação de seu defensor ou a requisição de apresentação ao comando.
- B O militar oficial em atividade deverá ser citado em residência própria, quando não estiver recolhido cautelarmente.
- C O militar réu não encontrado para citação por mandado será considerado revel, condição em que será citado por edital.
- D A citação não substitui a apresentação pessoal em juízo, momento em que se formaliza o início do processo.
- E O militar em atividade em local sob jurisdição do juízo competente deverá ser citado mediante requisição, e o comando determinará sua apresentação em cartório ou perante oficial de justiça para ouvir a leitura do mandado de citação e receber a contrafé.

**Questão 20**

O encarregado pelo IPM aberto para investigar conduta de militar estadual em fato relacionado a uso de força letal praticado no exercício profissional deverá

- A dar publicidade ampla ao IPM, conforme os princípios gerais da administração pública.
- B arquivar o IPM quando as diligências indicarem categoricamente a presença de excludente de ilicitude.
- C garantir a incomunicabilidade do indiciado, mas facultar-lhe consulta com advogado a partir do terceiro dia do indiciamento.
- D citar o investigado e dar-lhe ciência do direito de nomear defensor.
- E dispensar o relatório quando houver sido deferida a prorrogação de prazo para a conclusão do procedimento investigativo.

**Questão 21**

O IPM é o principal instrumento para a coleta de provas e de indícios aptos a subsidiar a *opinio delicti* do Ministério Público, mas poderá ser dispensado

- A nos crimes em que for cabível a menagem.
- B nos crimes dolosos contra a vida praticados no exercício profissional.
- C nos crimes contra a honra, desde que o autor já esteja identificado e que esses crimes tenham sido praticados por escrito ou publicação.
- D quando já tiver sido aplicada punição administrativa ao investigado.
- E em caso de confissão circunstanciada do investigado.

**Questão 22**

O princípio constitucional da ampla defesa alcança as normas de direito processual penal militar, especialmente no que concerne ao interrogatório do acusado no inquérito e no juízo. A respeito do interrogatório e da confissão, assinale a opção correta.

- A A confissão é irretirável, embora possa ser divisível.
- B O silêncio do acusado de crime militar implica a anuência aos termos da denúncia.
- C As perguntas ao réu serão formuladas pelas partes e poderão ser complementadas pelo juiz.
- D É lícita a confissão obtida em interrogatório em que o investigado tenha comparecido na condição de testemunha, em investigação.
- E O interrogatório do réu em juízo deverá ser realizado ao final da instrução.

**Questão 23**

No campo da teoria das nulidades, o artigo 499 do CPM, segundo o qual “Nenhum ato judicial será declarado nulo se da nulidade não resultar prejuízo para a acusação ou para a defesa.”, positiva o princípio

- A da contaminação.
- B da verdade real.
- C da correlação.
- D do *pas de nullité sans grief*.
- E da isonomia processual.

**Questão 24**

Ao constatar a consumação do crime de deserção por parte de praça, a autoridade responsável deverá

- A instaurar, de ofício ou a requerimento do comando, IPM.
- B lavrar termo de deserção e encaminhar as diligências necessárias à captura do ausente, independentemente de mandado judicial de prisão.
- C arquivar o procedimento que já tiver sido aberto quando identificada, por escrito, a intenção do desertor de licenciar-se do serviço militar.
- D proceder à contagem dos dias de ausência, a ser iniciada a zero hora do dia seguinte ao da instauração do inquérito.
- E restituir imediatamente à unidade os bens e instrumentos de trabalho de propriedade da organização militar sob posse do ausente, independentemente de auto de inventário.

**Questão 25**

Tendo em vista que a lei processual militar autoriza a determinação de perícia pela autoridade policial militar, julgue os itens a seguir, relativos a perícias e exames.

- I É facultado ao indiciado formular quesitos aos peritos em inquérito.
- II O encarregado pelo IPM poderá requisitar exames da polícia civil ou de repartições técnicas civis.
- III Em face de divergência entre peritos ou de omissão a quesito no laudo, o encarregado pelo inquérito, de ofício, deverá suprir a sua complementação e indicar, fundamentadamente, a posição prevalecente.
- IV A realização de perícia em local sujeito à administração militar deve ser precedida de comunicação ao respectivo comandante, mas essa exigência é inaplicável à perícia em repartições civis.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e III.
- C III e IV.
- D I, II e IV.
- E II, III e IV.

**DIREITO PENAL****Questão 26**

No que se refere à lei penal no tempo, assinale a opção correta.

- A No crime permanente, ocorrendo a sucessão de duas leis penais, aplica-se, de regra, somente a mais benéfica ao réu.
- B A lei penal pode ser revogada durante o período de *vacatio legis*.
- C Lei nova que, de alguma forma, beneficie o réu não é aplicável na fase da execução penal.
- D O emprego da analogia, ainda que desfavorável ao réu, é admitido no direito penal brasileiro.
- E A lei intermediária possui somente caráter retroativo.

**Questão 27**

Assinale a opção correta acerca da figura do partícipe no ordenamento penal brasileiro.

- A Exige-se do partícipe apenas o seu envolvimento objetivo com o resultado delituoso.
- B É admissível a caracterização jurídica de participação dolosa em crime culposos.
- C A convivência ou participação negativa, de regra, é punida penalmente.
- D Em caso de induzimento, o arrependimento do partícipe, durante a execução do crime, somente adquire relevância se o autor não concretizar o delito.
- E No caso de tentativa delituosa, a participação será tipificada como crime autônomo.

**Questão 28**

Em relação à extinção da punibilidade e a suas causas, assinale a opção correta.

- A Nos crimes conexos, a extinção da punibilidade de um dos crimes impede a agravação da pena resultante da conexão.
- B Lei superveniente pode revogar os efeitos extintivos da anistia.
- C A decadência é causa extintiva de punibilidade relacionada exclusivamente aos crimes de ação privada.
- D A relação das causas extintivas da punibilidade expressa no Código Penal brasileiro é taxativa, não cabendo novas previsões em legislações esparsas.
- E O indulto não se confunde com a comutação da pena.

**Questão 29**

Um servidor público foi processado pelo crime de prevaricação, todavia, ainda no curso da ação penal, restou comprovado que, à época do delito, ele não mais detinha vínculo laboral com a administração pública.

Nessa hipótese,

- A prevalece a tipicidade da conduta.
- B a conduta do processado passa a ser atípica.
- C extingue-se a culpabilidade do agente.
- D opera-se a desclassificação da conduta para outro delito que preveja situação similar praticada por particular.
- E extingue-se a punibilidade do agente.

**Questão 30**

Francisco, servidor público, patrocinando o interesse de um particular perante a administração pública, deu causa à instauração de licitação, posteriormente invalidada por decisão da autoridade judiciária competente.

Nessa situação, de acordo com os dispositivos penais e o entendimento doutrinário relativos à nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos,

- A Se condenado, Francisco poderá cumprir a pena em regime inicial fechado.
- B admite-se, em relação à conduta de Francisco, a modalidade culposa, caso ele tenha agido negligentemente.
- C a conduta de Francisco configura o crime de advocacia administrativa.
- D Francisco responderá pelo crime de patrocínio de contratação indevida, em sua modalidade tentada.
- E Francisco, se condenado, além da pena privativa de liberdade, pagará uma multa no patamar mínimo de 5% do valor da licitação.

**DIREITO PROCESSUAL PENAL****Questão 31**

Acerca do inquérito policial, assinale a opção correta.

- A** O acusado é obrigado a participar da reprodução simulada dos fatos, se esta for determinada pela autoridade policial.
- B** A denúncia anônima é, por si só, válida para fundamentar a instauração de inquérito policial.
- C** Na hipótese de crime de tráfico de pessoas, o inquérito policial deverá ser instaurado no prazo máximo de 72 horas, a partir do registro da notícia.
- D** É vedada a imposição de sigilo das diligências do inquérito policial, mesmo que não documentadas, ao defensor do indiciado.
- E** Na investigação criminal, a autoridade policial pode decretar a incomunicabilidade do indiciado pelo prazo legal, independentemente de autorização judicial.

**Questão 32**

Com relação à ação penal e aos seus desdobramentos processuais, assinale a opção correta.

- A** O princípio da indivisibilidade da ação penal privada não comporta exceções.
- B** A representação do ofendido deve ser expressa e obedecer à forma legal específica.
- C** Em determinadas hipóteses, a vítima poderá provocar a prestação jurisdicional na ação penal pública incondicionada.
- D** É admitida a propositura de ação penal, de ofício, pela autoridade judiciária.
- E** No caso de morte do ofendido, a preferência para exercer o direito de queixa é de seus descendentes.

**Questão 33**

A prisão domiciliar é cabível

- A** em substituição à prisão preventiva.
- B** para gestantes a partir do 7.º mês de gestação, nos termos da lei.
- C** em substituição à prisão temporária.
- D** para os imputáveis, assim declarados por perícia médica.
- E** para o homem, quando ele for o único responsável pelos cuidados de filho de até 18 anos de idade incompletos.

**Questão 34**

Francisco foi denunciado pelo crime de roubo qualificado. No decorrer da instrução criminal, ele ameaçou uma das testemunhas, prometendo-lhe malefícios caso o reconhecesse em juízo, tendo, por consequência, sido também denunciado em face da prática desse novo crime.

Nessa situação hipotética, a competência para o julgamento dos dois delitos será definida pela

- A** continência por cumulação subjetiva.
- B** conexão intersubjetiva por reciprocidade.
- C** prevenção.
- D** conexão intersubjetiva.
- E** conexão objetiva.

**Questão 35**

O juiz estará impedido de atuar no processo

- A** em que seja acionista de sociedade com interesse na causa.
- B** em que seja amigo íntimo ou inimigo do réu.
- C** em que uma das partes seja seu parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.
- D** em que seja credor ou devedor do acusado.
- E** se ele, seu cônjuge, ascendente ou descendente, estiver respondendo a processo por fato análogo, sobre cujo caráter criminoso haja controvérsia.

**DIREITO CIVIL****Questão 36**

Conforme o Código Civil vigente, são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil e, por isso, devem ser representados

- A** aqueles que não podem exprimir sua vontade por causa permanente.
- B** os pródigos.
- C** os menores de dezoito anos.
- D** os menores de dezesseis anos.
- E** os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem discernimento necessário.

**Questão 37**

Considere-se que fora celebrado um negócio jurídico entre duas pessoas capazes de direito e de fato, com vantagens auferidas por ambas as partes, com objeto lícito, possível e determinado e forma prescrita em lei. Ainda, considere-se que, atentos à boa-fé e aos usos do lugar de celebração, as partes contratantes tenham feito constar cláusula referente a regras de interpretação, de preenchimento de lacunas e de integração do negócio jurídico celebrado diversas das previstas em lei.

Tendo em conta a situação hipotética e consoante as disposições do Código Civil vigente, o suposto contrato é

- A** inválido, pois é a lei que estipula as regras de interpretação dos negócios jurídicos.
- B** inválido, porque, ainda que se trate de negócio jurídico benéfico, deve ser interpretado de forma restritiva.
- C** válido, mas é nula a cláusula referente à interpretação, já que as regras diferem das previstas em lei.
- D** inválido, por não preencher todos os requisitos legais de validade do negócio jurídico.
- E** válido, pois preenche todos os requisitos legais de validade do negócio jurídico.

**Questão 38**

Em um posto de saúde, Joana, paciente de 93 anos de idade, aguardava atendimento médico para a realização de exames de rotina e, no mesmo momento, chegou ao local Francisco, de 75 anos de idade, que necessitava de atendimento médico emergencial.

Nesse caso, com base no estatuto da pessoa idosa, deverá receber atendimento primeiramente

- A** Francisco, já que se trata de caso emergencial e não há regra de prioridade especial de atendimento preferencial entre pessoas idosas.
- B** Joana, que está à frente na ordem de chegada e que é pessoa mais idosa, com idade superior a sessenta anos de idade.
- C** Francisco, por se tratar de caso emergencial, que configura exceção à regra de prioridade especial de atendimento preferencial entre pessoas idosas.
- D** Joana, já que a regra de preferência de atendimento a pessoas idosas se aplica somente a pessoas com idade superior a oitenta anos.
- E** Joana, pois ela tem mais de oitenta anos e tem prioridade especial de atendimento em relação às demais pessoas idosas.

**Questão 39**

Conforme as disposições do atual Código Civil, a pessoa jurídica de direito privado constituída por meio de um instituidor, cuja finalidade seja a conservação do patrimônio histórico e artístico, é

- A** organização religiosa.
- B** partido político.
- C** fundação.
- D** associação.
- E** sociedade.

**Questão 40**

Acerca dos direitos da personalidade previstos no Código Civil em vigência, o ato de disposição do próprio corpo

- A** não pode ser livremente revogado.
- B** é válido com objetivo científico e de forma onerosa quando se tratar de pessoa viva.
- C** não é válido com finalidade altruística após a morte.
- D** é válido sem exceção, mesmo que contrarie os bons costumes.
- E** é válido quando importar diminuição permanente da integridade física por exigência médica.

**DIREITO ADMINISTRATIVO****Questão 41**

Assinale a opção que identifica corretamente o responsável pelo exercício da função estatal que precipuamente estabelece regra a partir da conversão da lei em ato individual e concreto, que é parcialmente revisível e cuja atividade independe de provocação.

- A** Poder Judiciário
- B** Poder Legislativo
- C** Ministério Público
- D** Poder Executivo
- E** Poder Moderador

**Questão 42**

Assinale a alternativa correspondente à fonte do direito administrativo que consiste no conjunto de textos científicos que buscam examinar, sistematizar e criticar o direito positivo.

- A** a lei
- B** a doutrina
- C** a jurisprudência
- D** o tratado internacional
- E** os princípios gerais do direito

**Questão 43**

Sabendo que existe razoável variabilidade na doutrina acerca dos critérios utilizados para conceituar o ato administrativo, assinale a opção que apresenta o critério que se estrutura a partir do conteúdo do ato e que considera como administrativo o ato praticado no exercício concreto da função administrativa, independentemente de o órgão emissor ser integrante da estrutura do Poder Executivo, Legislativo ou Judiciário.

- A** volitivo
- B** subjetivo
- C** orgânico
- D** formal
- E** funcional

**Questão 44**

A extinção de um ato administrativo efetivada por intermédio de outro ato administrativo, por motivo de conveniência e oportunidade, respeitados os efeitos já produzidos, é hipótese de

- A** revogação.
- B** anulação.
- C** convalidação.
- D** cassação.
- E** prescrição.

**Questão 45**

Assinale a opção que apresenta o prazo decadencial para que a administração pública anule os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para o destinatário, contado da data em que tenham sido praticados, salvo comprovada má-fé.

- A** 3 anos
- B** 4 anos
- C** 10 anos
- D** 5 anos
- E** 7 anos

**Questão 46**

Os poderes da administração pública são prerrogativas asseguradas no ordenamento jurídico com vista à defesa do interesse público e à garantia dos direitos fundamentais e da democracia. Entre esses poderes, aquele que é caracterizado por condicionar o uso e o gozo de bens e direitos pelos particulares, em prol da coletividade, é o

- A** poder regulamentar.
- B** poder de polícia.
- C** poder hierárquico.
- D** poder disciplinar.
- E** poder extroverso.

**Questão 47**

Assinale a opção que corresponde ao princípio administrativo que se relaciona à vedação ao desperdício ou à má utilização dos recursos públicos e que, inicialmente implícito na Constituição Federal de 1988, foi explicitado por meio de emenda constitucional.

- A** princípio da impessoalidade
- B** princípio da eficiência
- C** princípio da moralidade
- D** princípio da razoabilidade
- E** princípio da proporcionalidade

**Questão 48**

Com base na nova Lei de Licitações e Contratos (Lei n.º 14.133/2021), em caso de empate entre duas ou mais propostas apresentadas, os critérios de desempate entre licitantes incluem o

- A** desenvolvimento, pelo licitante, de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho.
- B** percentual mínimo de mão de obra composto por egressos do sistema prisional.
- C** desenvolvimento, pelo licitante, de práticas de inclusão de pessoas com deficiência.
- D** desenvolvimento, pelo licitante, de ações de proteção do patrimônio histórico e cultural.
- E** percentual mínimo de mão de obra composto por mulheres vítimas de violência doméstica.

**Questão 49**

Os destinatários da atuação da administração pública detêm direitos e deveres. Com base na Lei n.º 9.784/1999, constituem, respectivamente, direito e dever dos administrados

- A** o pagamento de despesas processuais e o dever de motivação.
- B** a exposição de fatos conforme a verdade e o comportamento embasado na lealdade.
- C** a prestação de informações que lhes forem solicitadas e a ação não temerária.
- D** a ciência da tramitação dos processos administrativos e o respeito no tratamento de autoridades e servidores públicos.
- E** a assistência jurídica por advogado e a condução de suas ações com boa-fé.

**Questão 50**

Considerando as práticas previstas na Lei n.º 8.429/1992, configuram atos de improbidade administrativa os atos

- Ⓐ destituídos de vontade livre e consciente que importem enriquecimento ilícito.
- Ⓑ marcados pela ausência de vontade livre e consciente que violem princípios da administração pública.
- Ⓒ destituídos de dolo que produzam prejuízos ao erário.
- Ⓓ dolosos que violem princípios da administração pública.
- Ⓔ livres e conscientes no exercício da função que, mesmo sem comprovação de dolo, produzam prejuízos ao erário.

**Questão 51**

Tendo como base o regime diferenciado de contratações públicas, previsto na Lei n.º 12.462/2011, as hipóteses de impedimento de participação em licitações e contratos com os entes da Federação incluem o fato de o licitante

- Ⓐ atrasar a execução do objeto da licitação, ainda que com adequada justificativa.
- Ⓑ não preservar a proposta em decorrência de fato superveniente.
- Ⓒ deixar de entregar a documentação exigida para o certame.
- Ⓓ presenciar a inexecução parcial do contrato, mesmo sem lhe ter dado causa.
- Ⓔ dilatar o prazo de entrega do objeto da licitação com adequada justificativa.

**Questão 52**

As modalidades de licitação previstas na legislação brasileira pertinente incluem

- Ⓐ o diálogo competitivo para a escolha de trabalho técnico-artístico, cujo critério de julgamento é o melhor conteúdo artístico.
- Ⓑ o pregão para bens comuns que possuam padrões de qualidade aptos a serem determinados de maneira objetiva.
- Ⓒ a combinação de concurso e concorrência para a elaboração de projeto.
- Ⓓ a concorrência para a alienação de bens móveis legalmente apreendidos.
- Ⓔ a combinação de diálogo competitivo e pregão para a identificação da solução técnica mais adequada para a satisfação das necessidades da administração.

**Questão 53**

Uma pessoa foragida do sistema prisional cometeu o crime de latrocínio alguns meses após a fuga do presídio onde cumpria a pena.

Essa situação hipotética, conforme a definição da responsabilidade civil do Estado firmada pelo STF, redundou em

- Ⓐ responsabilidade civil por ato comissivo do Estado, já que houve ação administrativa que ensejou a conduta danosa.
- Ⓑ ausência de responsabilidade civil do Estado, por não se tratar de conduta danosa.
- Ⓒ responsabilidade civil por omissão do Estado, devido à negligência referente às medidas de segurança no presídio.
- Ⓓ ausência de responsabilidade civil do Estado, devido à inexistência de nexos causal entre o crime praticado e o momento da fuga.
- Ⓔ responsabilidade objetiva por omissão do Estado, em caráter absoluto, devido à negligência concernente à segurança pública no local do crime.

**Questão 54**

Conforme as disposições presentes na Constituição da República Federativa do Brasil (CF/1988), as condutas praticadas por agentes públicos que causem danos a terceiros geram responsabilização para as pessoas jurídicas de direito

- Ⓐ público, sem a possibilidade de direito de regresso.
- Ⓑ privado prestadoras de serviço público, sem a possibilidade de direito de regresso.
- Ⓒ privado que explorem atividade econômica e as prestadoras de serviço público.
- Ⓓ privado que explorem atividade econômica.
- Ⓔ público e de direito privado prestadoras de serviço público, com a possibilidade de regresso.

**Questão 55**

Conforme a jurisprudência do STF, no âmbito dos concursos públicos, o Poder Judiciário pode

- Ⓐ avaliar as respostas dadas por candidatos em questões.
- Ⓑ reexaminar o conteúdo das questões e os critérios de correção utilizados.
- Ⓒ avaliar as notas atribuídas às respostas.
- Ⓓ substituir a banca examinadora em aspectos constantes do edital.
- Ⓔ exercer juízo de compatibilidade do conteúdo das questões do concurso com o previsto no respectivo edital.

**DIREITO FINANCEIRO****Questão 56**

As receitas patrimoniais

- Ⓐ são objetos de estudo tanto do direito tributário e do direito financeiro.
- Ⓑ referem-se às receitas decorrentes da atividade industrial, quando praticadas pelo Estado por meio de estabelecimentos próprios.
- Ⓒ podem ser classificadas como receitas não tributárias, objeto de estudo do direito financeiro.
- Ⓓ não são objetos de estudo do direito financeiro.
- Ⓔ são auferíveis de serviços de saúde prestados por hospitais públicos integrantes do SUS.

**Questão 57**

De acordo com a Constituição Federal, eventual diretriz, objetivo ou meta da administração pública federal para as despesas relativas aos programas de duração continuada deve constar do(a)

- Ⓐ anexo da lei de diretrizes orçamentárias.
- Ⓑ lei que instituir o plano plurianual.
- Ⓒ lei de responsabilidade fiscal.
- Ⓓ lei orçamentária anual.
- Ⓔ lei de diretrizes orçamentárias.

**Questão 58**

Considere os seguintes débitos, a serem pagos por precatório.

- I débito de natureza alimentícia cujo titular seja pessoa viva de 50 anos, com doença grave nos termos da lei, com precatório apresentado em 15/05/2021.
- II débito de natureza alimentícia cujo titular seja pessoa viva de 50 anos, sem doença grave ou deficiência, com precatório apresentado em 15/01/2021.
- III débito decorrente de indenização por invalidez cujo titular seja pessoa viva de 65 anos, com precatório apresentado em 15/03/2021.

De acordo com a Constituição Federal, assinale a opção que apresenta a ordem correta de preferência de pagamento dos precatórios.

- A III, I e II
- B II, III e I
- C I, III e II
- D I, II e III
- E III, II e I

**Questão 59**

Lei orçamentária anual do estado de Rondônia previu a criação de dez cargos de oficiais do Corpo de Bombeiro Militar.

Nessa situação hipotética, houve inobservância ao princípio orçamentário

- A do orçamento-bruto.
- B da programação.
- C da exclusividade.
- D da unidade.
- E da universalidade.

**Questão 60**

Caso o gestor tenha que prever dotações orçamentárias destinadas a atender obras de conservação do prédio sede de grupamento de bombeiros militares em utilização, tais dotações serão classificadas como

- A receitas correntes.
- B inversões financeiras.
- C despesas de capital.
- D transferências correntes.
- E despesas de custeio.

**DIREITO AMBIENTAL****Questão 61**

De acordo com a Lei n.º 9.985/2000, o conceito de conservação *in situ* refere-se

- A à conservação de ecossistemas e *habitats* naturais e à manutenção e recuperação de populações viáveis de espécies em seus meios naturais e, no caso de espécies domesticadas ou cultivadas, nos meios onde tenham desenvolvido suas propriedades características.
- B a todo e qualquer procedimento que vise assegurar a conservação da diversidade biológica e dos ecossistemas.
- C ao tipo de conservação que não envolve consumo, coleta, dano ou destruição dos recursos naturais.
- D ao sistema de exploração baseado na coleta e extração, de modo sustentável, de recursos naturais renováveis.
- E à restituição de um ecossistema ou de uma população silvestre degradada à sua condição original.

**Questão 62**

Segundo a Constituição Federal de 1988, em razão de política urbana, será concedido o domínio do imóvel àquele que mantiver a posse de

- A área urbana de até 200 m<sup>2</sup>, por 5 anos ininterruptos e sem oposição, a título de domicílio próprio ou de sua família, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.
- B área urbana de até 250 m<sup>2</sup>, por 5 anos ininterruptos e sem oposição, a título de domicílio próprio ou de sua família, independentemente de ser proprietário de outro imóvel urbano ou rural.
- C área urbana de até 250 m<sup>2</sup>, por 5 anos ininterruptos e sem oposição, a título de domicílio próprio ou de sua família, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.
- D área urbana de até 200 m<sup>2</sup>, por 3 anos ininterruptos e sem oposição, a título de domicílio próprio ou de sua família, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.
- E área urbana de até 200 m<sup>2</sup>, por 3 anos ininterruptos e sem oposição, a título de domicílio próprio ou de sua família, independentemente de ser proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

**Questão 63**

De acordo com a Lei n.º 9.433/1997, entre os instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos inclui-se o(a)

- A plano diretor.
- B zona de amortecimento.
- C plano de manejo.
- D compensação a municípios.
- E desenvolvimento urbano.

**Questão 64**

De acordo com a Lei n.º 6.938/1981, o prazo mínimo da servidão ambiental temporária é de

- A 20 anos.
- B 5 anos.
- C 10 anos.
- D 25 anos.
- E 15 anos.

**Questão 65**

Considerando o entendimento do STF e as disposições da Constituição Federal de 1988 em matéria ambiental, julgue os itens a seguir.

- I É vedado ao poder público manter regime fiscal favorecido para os biocombustíveis destinados ao consumo final.
- II São patrimônios nacionais a floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira.
- III É considerada cruel qualquer manifestação cultural que envolva animais em práticas desportivas.

Está(ão) certo(s) apenas o(s) item(ns)

- A I e II.
- B I e III.
- C II e III.
- D I.
- E II.

**DIREITO CONSTITUCIONAL****Questão 66**

De acordo com o entendimento do STF acerca do exercício do direito de greve pelos servidores públicos integrantes das carreiras de segurança pública, assinale a opção correta.

- A** A CF assegura o direito de greve e prevê que a lei definirá os serviços ou atividades essenciais e disporá sobre o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade. Dessa forma, caso não editada a referida lei, o direito de greve poderá ser exercido por todos os trabalhadores, inclusive os servidores públicos integrantes das carreiras de segurança pública.
- B** O exercício do direito de greve, sob qualquer forma ou modalidade, é vedado a todos os servidores públicos que atuem diretamente na área de segurança pública.
- C** A atividade de segurança pública é típica de Estado e imprescindível à manutenção da normalidade democrática. Dessa forma, o direito de greve dos servidores públicos integrantes dessas carreiras pode ser exercido desde que seja mantido um quantitativo mínimo em atividade, assegurando-se a continuação dos serviços prestados à sociedade.
- D** É assegurado o direito de greve a todos os trabalhadores e servidores públicos, independentemente da atividade exercida, punindo-se os responsáveis por eventuais abusos cometidos.
- E** Na existência de colisão de direitos constitucionais, deve prevalecer a garantia individual do servidor público, integrante das carreiras de segurança pública, ao exercício do direito de greve, em detrimento do interesse geral de segurança interna, tendo em vista a possibilidade de complementação dessa atividade pela iniciativa privada.

**Questão 67**

À luz das disposições constitucionais sobre os direitos de nacionalidade, assinale a opção correta.

- A** Pessoa que nasce no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, será considerada brasileira nata, não importando o fato do pai ou da mãe brasileiros não estarem a serviço da República Federativa do Brasil.
- B** Suponha que determinado brasileiro naturalizado, residente em estado estrangeiro, como condição para exercer determinados direitos civis naquele país, venha a adquirir outra nacionalidade. Nessa situação hipotética, será declarada a perda da sua nacionalidade brasileira.
- C** Aquele que nasce na República Federativa do Brasil, ainda que seus pais sejam estrangeiros, será considerado brasileiro nato, independentemente de qualquer condição.
- D** As distinções entre brasileiros natos e naturalizados devem ser estabelecidas mediante lei.
- E** Os cargos de presidente da República, de presidente da Câmara dos Deputados, de presidente do Senado Federal e de presidente do Conselho Nacional de Justiça são privativos de brasileiro nato.

**Questão 68**

De acordo com os princípios fundamentais da República Federativa do Brasil elencados na CF, assinale a opção correta.

- A** Todo o poder emana do povo, que, incondicionalmente, o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente.
- B** A República Federativa do Brasil é constituída pela junção indissolúvel da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal.
- C** Estão entre os fundamentos da República Federativa do Brasil a cidadania, a soberania, as garantias fundamentais da pessoa humana e os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
- D** A integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina deve ser um dos objetivos da República Federativa do Brasil em suas relações internacionais, buscando-se sempre a formação de uma comunidade latino-americana de nações.
- E** A República Federativa do Brasil é constituída por objetivos fundamentais, entre os quais está a garantia de um desenvolvimento internacional.

**Questão 69**

A respeito das disposições constitucionais relativas ao Poder Legislativo, ao processo legislativo e à fiscalização contábil, financeira e orçamentária, assinale a opção correta.

- A** O sistema de controle interno do Congresso Nacional é responsável por executar a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas.
- B** É obrigada a prestar contas ao Congresso Nacional qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assumia obrigações de natureza pecuniária.
- C** As medidas provisórias podem ser adotadas pelo Presidente da República quando houver relevância e urgência, mas é vedada a sua edição sobre matéria relativa a planos plurianuais, diretrizes orçamentárias, orçamento e créditos adicionais, suplementares e extraordinários.
- D** A discussão e a votação dos projetos de lei de iniciativa do Presidente da República terão início, alternativamente, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.
- E** O projeto de diretrizes orçamentárias e o projeto de lei do orçamento anual, cuja iniciativa é exclusiva do Presidente da República, não podem receber emendas parlamentares que acarretem aumento de despesa.

**Questão 70**

Segundo as disposições relativas ao Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Rondônia (CBM/RO) constantes na Constituição do Estado de Rondônia, assinale a opção correta.

- Ⓐ A legislação relacionada a organização, efetivos, garantias, direitos e deveres do CBM/RO será elaborada de forma privativa pelo estado de Rondônia.
- Ⓑ As patentes, com prerrogativas, direitos e deveres a elas inerentes, são conferidas pelo governador do estado e asseguradas em plenitude aos oficiais da ativa, da reserva ou reformados, sendo-lhes privativos os títulos e os postos militares e, juntamente com os demais membros, o uso dos uniformes do CBM/RO.
- Ⓒ O militar da ativa integrante do CBM/RO que vier a tomar posse em cargo privativo de profissional de saúde, com profissão regulamentada, deverá ser agregado ao respectivo quadro e, depois de dois anos de afastamento, contínuos ou não, será transferido para a reserva.
- Ⓓ Os benefícios dos pensionistas dos militares do CBM/RO serão revistos em até doze meses após a modificação da remuneração do militar na ativa.
- Ⓔ O oficial do CBM/RO só perderá o posto e a patente se for julgado indigno do oficialato ou com ele incompatível, por decisão transitada em julgado do Superior Tribunal de Justiça.

**Questão 71**

Assinale a opção correta, com base nos dispositivos constitucionais relativos ao Poder Judiciário e às Funções Essenciais à Justiça.

- Ⓐ Os tribunais e os juízes militares, a quem competem processar e julgar os crimes militares definidos em lei, estão sujeitos, em sua atuação administrativa e financeira, ao controle do Conselho Nacional de Justiça, que também será responsável por fiscalizar o cumprimento dos deveres funcionais desses órgãos da justiça militar.
- Ⓑ O Superior Tribunal Militar é composto por quinze ministros militares vitalícios, nomeados pelo presidente da República, depois de aprovada a indicação pelo Senado Federal.
- Ⓒ A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.
- Ⓓ O Ministério Público da União tem por chefe o procurador-geral da União, de livre nomeação pelo presidente da República dentre cidadãos maiores de trinta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada.
- Ⓔ A Advocacia-Geral da União é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos.

**Questão 72**

As normas constitucionais possuem tradicional classificação quanto a sua aplicabilidade, podendo ser normas de eficácia plena, contida ou limitada. Acerca desse assunto, assinale a opção correta.

- Ⓐ Nas normas programáticas, o juízo de oportunidade e a avaliação da extensão do programa incumbem ao Poder Legislativo, no exercício de sua função legiferante, de modo que a eficácia técnica, neste caso, é limitada.
- Ⓑ As normas constitucionais programáticas regulam diretamente os direitos e os interesses nelas consagrados e possuem eficácia normativa imediata.
- Ⓒ Os chamados “remédios constitucionais”, são instrumentos ou ferramentas jurídicas previstos na Constituição Federal com a finalidade de impedir ou evitar ilegalidades ou abuso de poder, sendo exemplos de normas constitucionais de eficácia contida, pois o legislador constituinte regulou suficientemente os interesses relativos a essas matérias, mas deixou margem à atuação restritiva por parte da competência discricionária do poder público, no que a lei estabelecer.
- Ⓓ O comando constitucional segundo o qual é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer, é exemplo de norma de eficácia limitada, porque sua incidência total somente se concretiza após uma normatividade ulterior que lhes desenvolva aplicabilidade.
- Ⓔ A regra constitucional que prevê, conforme definido em lei, a participação dos empregados nos lucros ou resultados da empresa é exemplo de norma de eficácia plena, visto que, desde a entrada em vigor da Constituição, produz todos os efeitos essenciais, relativamente aos interesses, comportamentos e situações, que o legislador constituinte, direta e normativamente, quis regular.

**Questão 73**

A responsabilidade do presidente da República tem tido atenção das Constituições brasileiras desde 1891. A Constituição de 1988 dedica uma seção aos crimes de responsabilidade do presidente da República. Nesse sentido, segundo previsão expressa do texto constitucional em vigor, são crimes de responsabilidade os atos do presidente da República que atentem contra a Constituição Federal e, especialmente, contra

- Ⓐ a existência dos partidos políticos, conforme definidos em lei.
- Ⓑ o exercício dos direitos coletivos.
- Ⓒ o livre exercício dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.
- Ⓓ o processo eleitoral.
- Ⓔ a lei orçamentária.

**Questão 74**

O Estado de Rondônia divide-se política e administrativamente em municípios, autônomos nos limites constitucionais, podendo ser instituídas regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum, nos termos da Constituição Estadual, mediante

- Ⓐ emenda à Constituição.
- Ⓑ decreto legislativo.
- Ⓒ lei ordinária.
- Ⓓ lei complementar.
- Ⓔ lei orgânica.

**Questão 75**

Determinado deputado federal, eleito pelo estado de Rondônia, apresentou projeto de lei que veda medida privativa e restritiva de liberdade a policiais e bombeiros militares dos estados, dos territórios e do Distrito Federal. Essa proposição, após aprovada por ambas as Casas do Congresso Nacional, foi sancionada pelo presidente da República.

Nessa situação hipotética, referida lei

- A** padece de inconstitucionalidade formal e material, visto que o regime jurídico dos integrantes das Forças Armadas é matéria reservada ao chefe do Poder Executivo e a própria Constituição, expressamente, autoriza a prisão de militares no caso de transgressão das regras militares.
- B** é constitucional, pois a iniciativa é concorrente e a Constituição dispõe que a prisão dos militares será regulada nos termos da lei, o que permite a medida adotada por meio de legislação infraconstitucional.
- C** padece de inconstitucionalidade apenas material, haja vista que a matéria pode ser tratada em projeto de iniciativa parlamentar, mas a prisão de militares é conteúdo eminentemente constitucional e deve ser alterado por emenda à Constituição.
- D** padece de inconstitucionalidade apenas formal, uma vez que, embora não pudesse ter sido apresentada por parlamentar, a Constituição não possui previsão expressa sobre prisão de militares.
- E** é legal, porquanto a disposição Constitucional relativa à prisão dos militares autoriza que a matéria seja tratada por lei.

**LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL****Questão 76**

Segundo a Lei Estadual n.º 2.204, de 18 de dezembro de 2009, e suas alterações, o órgão do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Rondônia responsável pelo controle e observância dos requisitos técnicos contra incêndio e pânico das edificações e áreas de risco no estado de Rondônia, e a que compete o planejamento, a normatização, a fiscalização, a análise de projetos de edificações, a vistoria e a emissão de pareceres, é a

- A** Coordenadoria de Planejamento e Orçamento.
- B** Diretoria Logística.
- C** Coordenadoria de Atividades Técnicas.
- D** Coordenadoria de Defesa Civil.
- E** Diretoria de Inteligência.

**Questão 77**

Considere-se que três militares do estado de Rondônia estão sendo considerados presumivelmente incapazes de permanecer na ativa, sendo:

- 1 Ana, oficial;
- 2 Rogério, praça sem estabilidade assegurada;
- 3 Cristina, praça com estabilidade assegurada.

Em relação à situação hipotética apresentada, assinale a opção correta.

- A** Ana será submetida a processo administrativo disciplinar, e Cristina, ao Conselho de Disciplina.
- B** Rogério será submetido ao Conselho de Justificação, e Ana, a processo administrativo disciplinar.
- C** Cristina será submetida ao Conselho de Disciplina, e Rogério, ao Conselho de Justificação.
- D** Ana será submetida ao Conselho de Justificação, e Cristina, a processo administrativo disciplinar.
- E** Rogério será submetido ao processo administrativo disciplinar, e Ana, ao Conselho de Justificação.

**Questão 78**

Ao entrar em gozo de qualquer tipo de licença que ultrapasse 90 dias, um militar do estado de Rondônia passará à situação de

- A** adido.
- B** agregado.
- C** adido como se efetivo fosse.
- D** excedente.
- E** a disposição.

**Questão 79**

Segundo o Estatuto dos Militares (Lei Federal n.º 6.880/1980 e suas alterações), são deveres militares

- A** o culto aos símbolos nacionais e o desenvolvimento do espírito de cooperação.
- B** a probidade em todas as circunstâncias e a eficiência no exercício das funções.
- C** a dedicação e a fidelidade à pátria e a obrigação de tratar o subordinado dignamente e com urbanidade.
- D** o rigoroso cumprimento das obrigações e a prática da camaradagem.
- E** o respeito à hierarquia e o emprego de todas as energias em benefício do serviço.

**Questão 80**

Em decorrência de ações de vistoria realizadas pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Rondônia, foram instaurados processos administrativos, que chegaram às seguintes conclusões:

- 1 na obra A, o infrator agiu com dolo e o ato ocasionou grave risco à incolumidade das pessoas;
- 2 na obra B, o infrator agiu com culpa e o ato ocasionou grave risco ao patrimônio;
- 3 na obra C, o infrator agiu com culpa e o ato ocasionou grave risco à incolumidade das pessoas.

Na situação hipotética apresentada, e com base na Lei Estadual n.º 3.924/2016 e suas alterações, a cassação do auto de vistoria para habite-se será aplicada

- A** nas três obras.
- B** somente nas obras A e C.
- C** somente na obra B.
- D** somente na obra A.
- E** somente na obra C.

**Questão 81**

Se um militar do estado de Rondônia estiver em gozo de licença para tratar de interesse particular, esta poderá ser interrompida em caso de

- A** mobilização ou para cumprimento de punição disciplinar, decorrente de transgressão disciplinar de natureza leve, média ou grave cometida durante o gozo da licença.
- B** decretação de estado de defesa ou para cumprimento de punição disciplinar, decorrente de transgressão disciplinar de natureza leve, média ou grave cometida durante o gozo da licença.
- C** decretação de estado de sítio ou para cumprimento de punição disciplinar, decorrente de transgressão disciplinar de natureza média ou grave cometida durante o gozo da licença.
- D** decretação de estado de defesa ou para cumprimento de punição disciplinar, decorrente de transgressão disciplinar de natureza média cometida durante o gozo da licença.
- E** emergente necessidade de segurança pública ou para cumprimento de punição disciplinar, decorrente de transgressão disciplinar de natureza grave cometida durante o gozo da licença.

**Questão 82**

Segundo o Decreto Estadual n.º 21.425/2016 e suas alterações, o Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Rondônia pode regularizar edificações, mediante certificado eletrônico, com vistas a dar celeridade ao licenciamento das

- A microempresas e das empresas de médio porte.
- B empresas de pequeno e das empresas de médio porte.
- C microempresas e dos microempreendedores individuais.
- D empresas de grande porte e dos microempreendedores.
- E empresas de médio e das empresas de grande porte.

**Questão 83**

Considere que três bombeiros militares do estado de Rondônia estejam à disposição do governo federal para exercerem funções nos seguintes órgãos:

- 1 José, no Ministério do Turismo;
- 2 Cecília, no Ministério da Economia;
- 3 Kátia, na Secretaria Nacional de Segurança Pública.

Na situação hipotética apresentada, e segundo o Decreto n.º 88.777/1983 e suas alterações, é(são) considerado(s) no exercício da função de natureza de bombeiro-militar

- A José, Cecília e Kátia.
- B somente Cecília e Kátia.
- C somente Cecília.
- D somente Kátia.
- E somente José.

**Questão 84**

Para cumprir o serviço militar obrigatório, o convocado selecionado e designado para incorporação ou matrícula que não se apresentar à organização militar que lhe for designada dentro do prazo marcado ou que, tendo-o feito, se ausentar antes do ato oficial de incorporação ou matrícula será declarado

- A desertor.
- B retardatário.
- C insubmisso.
- D refratário.
- E ausente.

**Questão 85**

Segundo o Decreto-Lei n.º 09-A/1982 e suas alterações, se um bombeiro militar do estado de Rondônia for empossado em cargo público civil, temporário e não eletivo, da administração direta ou indireta do Estado, ele somente poderá ser promovido por

- A bravura.
- B merecimento.
- C bravura ou antiguidade.
- D antiguidade.
- E bravura ou merecimento.

**LÍNGUA PORTUGUESA****Texto 2A01**

Era um sábado de abril. B... chegara àquele porto e descera a terra, deu alguns passeios. Ao dobrar uma esquina, viu certo movimento no fim da outra rua, e picou o passo a descobrir o que era.

Era um incêndio no segundo andar de uma casa. Polícia, autoridades, bombas iam começar o seu ofício.

B... viu episódios interessantes, que esqueceu logo, tal foi o grito de angústia e terror saído da boca de um homem que estava ao pé dele. Não teve tempo nem língua em que perguntasse ao desconhecido o que era. Ali, no meio do fumo que rompia por uma das janelas, destacava-se do clarão, ao fundo, a figura de uma mulher.

A mulher parecia hesitar entre a morte pelo fogo e a morte pela queda. A alma generosa do oficial não se conteve, rompeu a multidão e enfiou pelo corredor.

Não se lembrava como pôde fazer isso; lembrava-se que, a despeito das dificuldades, chegou ao segundo andar. Tudo aí era fumo. O fumo rasgou-se de modo que ele pôde ver o busto da mulher...

— A mulher, — disse ele ao terminar a aventura, e provavelmente sem as reticências que Abel metia neste ponto da narração, — a mulher era um manequim, posto ali de costume ou no começo do incêndio, como quer que fosse, era um manequim.

A morte agora, não tendo mulher que levasse, parecia espreitá-lo a ele, salvador generoso. Desceu os degraus a quatro e quatro. Transpondo a porta da sala para o corredor, quando a multidão ansiosa estava a esperá-lo, na rua, uma tábuca, um ferro, o que quer que era caiu do alto e quebrou-lhe a perna...

Tratou-se a bordo e em viagem. Desembarcando aqui, no Rio de Janeiro, foi para o hospital onde Abel o conheceu. Contava partir em breves dias. Abel não se despediu dele. Mais tarde soube que, depois de alguma demora em Inglaterra, foi mandado a Calcutá, onde descansou da perna quebrada, e do desejo de salvar ninguém.

Machado de Assis. Um incêndio. In: *Obras completas de Machado de Assis*. Vol. II, Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994. Internet: <<https://www.machadodeassis.ufsc.br/>> (com adaptações).

**Questão 86**

No texto 2A01, da leitura do trecho “Não teve tempo nem língua em que perguntasse ao desconhecido o que era.” (segundo período do terceiro parágrafo), infere-se que a forma como o termo “língua” está empregado está relacionada ao fato de o personagem principal

- A ter outros tipos de habilidades que dispensavam a necessidade de se comunicar na situação descrita no texto.
- B sentir-se incomodado por ter de se comunicar com o desconhecido.
- C ter superado o fato de que não sabia se comunicar na língua do lugar onde ocorreu a situação.
- D ter sido indiferente ao fato de não dominar plenamente a língua da região.
- E ter sido impelido ao resgate da vítima dada a situação e não saber se comunicar no idioma local.

**Questão 87**

Conclui-se da leitura do texto 2A01 que o sentimento predominante da personagem principal em relação ao fato narrado é de

- A frustração.
- B medo.
- C angústia.
- D alívio.
- E indiferença.



**Questão 93**

Quarenta lideranças indígenas, de vinte etnias de Rondônia, de todos os corredores etnoambientais, foram a Porto Velho para discutir o desenvolvimento sustentável das terras indígenas e a política estadual indígena. Foi criada a Coordenadoria dos Povos Indígenas de Rondônia – COPIR, ligada à SEDAM para atender uma demanda dos povos indígenas na participação, discussão, elaboração e implementação de políticas públicas voltadas para os indígenas, promovendo a defesa de seu espaço físico territorial, valores culturais, tradições, usos e costumes.

Internet: <http://www.kaninde.org.br> (com adaptações).

No que diz respeito aos povos indígenas de Rondônia, assinale a opção correta.

- A** A Constituição Federal de 1988 foi a causa legal para a demarcação e regularização, pela FUNAI-RO, de todas as terras indígenas do estado de Rondônia.
- B** A política de incentivo à migração, nas décadas de 1930 e 1940, incorporou os indígenas nas cidades do estado, o que fez a população decrescer nas terras indígenas e aumentar nas cidades.
- C** A terra indígena Karipuna, situada entre as usinas de Jirau e Santo Antônio, sofre com a ocupação de grileiros e a violência pela exploração de diamante dentro da reserva.
- D** O aumento da reserva extrativista Jaci-Paraná e do parque estadual Guajará-Mirim, por lei complementar, é a maior proteção que ainda possui o povo indígena de Roraima.
- E** Rondônia está na região de maior quantitativo de indígenas do Brasil e é um dos estados do país que possui vasta diversidade de povos originários.

**Questão 94**

Rondônia possui 103 produtores de café de qualidade, segundo a Secretaria de Estado da Agricultura (SEAGRI). Essa classificação inclui cafeicultores que atingiram 80 pontos ou mais no Concurso de Qualidade e Sustentabilidade do Café de Rondônia (CONCAFÉ) 2021.

Internet: <https://g1.globo.com> (com adaptações).

Em relação à produção de café em Rondônia, assinale a opção correta.

- A** Rondônia é o maior produtor de café da região Norte e está entre os grandes produtores do Brasil.
- B** A quantidade de produtores de café de qualidade em Rondônia só não é maior que em São Paulo.
- C** O café em Rondônia só perde, em valor bruto, para a soja, no que diz respeito à produção agropecuária do estado.
- D** O agronegócio rondoniense tem no café o grão de maior produção agrícola do estado.
- E** O café arábico rondoniense é do mesmo tipo do produzido em São Paulo, devido à semelhança entre os climas dos dois estados.

**Questão 95**

O Brasil conheceu vários ciclos na economia que renderam vultosas produções e um expressivo quantitativo econômico. Entre os ciclos que tiveram importância significativa em território brasileiro, pode-se destacar o do pau-brasil, o da cana-de-açúcar, o do ouro, o do algodão, o do café e o da borracha.

Internet: <https://abralic.org.br> (com adaptações).

A respeito do ciclo da borracha, assinale a opção correta.

- A** A propriedade da seringueira foi descoberta pelos migrantes vindos do Nordeste, no século XIX, devido à seca que castigava o sertão dessa região.
- B** Os seringais foram trazidos pelo colonizador no início da ocupação, pois os europeus já conheciam as propriedades do látex no cotidiano da época.
- C** O Brasil se manteve por quase dois séculos na hegemonia da exportação de borracha natural, mas hoje divide a liderança da produção com países do sudeste asiático.
- D** O ciclo gomífero foi simultâneo ao do café, mas não teve a mesma importância e os mesmos investimentos do governo central que este último.
- E** O megaprojeto da Fordlândia foi próspero no auge do ciclo da borracha, ao final do século XIX, mas dificuldades regionais inviabilizaram o investimento.

**Questão 96**

O projeto do complexo hidrelétrico do Rio Madeira resultou na construção de duas grandes usinas neste rio: a hidrelétrica Jirau, com uma potência instalada de até 3.300 MW, e a hidrelétrica Santo Antônio, de 3.150 MW, para a produção de energia elétrica para o ONS, com o objetivo de substituir uma série de termelétricas consumidoras de combustível fóssil.

Walter Gustavo da Silva Lemos. **O complexo de usinas do rio madeira e o desenvolvimento sustentável: uma análise dos impactos das obras nas relações de trabalho.**  
In: Revista de Direitos Fundamentais nas Relações do Trabalho, Sociais e Empresariais. 2021 (com adaptações).

A respeito da construção das usinas de Jirau e Santo Antônio no Baixo Madeira, assinale a opção correta.

- A** O exercício do trabalho durante a construção das usinas no Baixo Madeira impactou positivamente a região, devido ao aumento do emprego e da renda dos trabalhadores, além do total respeito aos seus direitos e às garantias trabalhistas.
- B** A tentativa de manter a navegabilidade do rio Madeira, da fronteira com a Bolívia até Porto Velho, fez com que o alagamento da barragem fosse maior que o previsto.
- C** Os estudos sobre o aproveitamento do rio Madeira para a construção das usinas apontaram impactos devido à insuficiência de desníveis naturais e à ausência de canais de fuga para a água.
- D** O rio Madeira, tendo uma grande vazão e sendo o maior afluente do rio Amazonas, possibilitou a adoção de uma categoria de turbina que não exige grandes reservatórios.
- E** A construção das usinas de Jirau e Santo Antônio, apesar dos impactos ambientais causados, não afetou as populações do entorno e manteve a mesma intensidade urbana em Porto Velho.

### Questão 97

As discussões havidas na Câmara dos Deputados e no Senado acerca da política a ser empreendida pelo Brasil no tocante à navegação contribuíram para a fixação das linhas mestras da ação do governo em relação à abertura do rio Amazonas a todas as bandeiras, uma vez que, ao polarizarem as duas casas quanto ao enfoque da questão, revelaram que a tendência liberalizante era crescentemente majoritária entre os congressistas, o que, certamente, não podia ser ignorado pelo gabinete.

Internet: <<http://funag.gov.br>> (com adaptações).

No contexto do debate sobre a abertura do rio Amazonas à navegação internacional havia um receio, tanto do ministro das relações exteriores, Teixeira de Mello, quanto do imperador do Brasil, Dom Pedro II, que se relacionava

- Ⓐ à soberania nacional.
- Ⓑ à guerra seringalista contra a Bolívia.
- Ⓒ ao nacionalismo dos liberais.
- Ⓓ ao pragmatismo mercantil.
- Ⓔ ao monopólio do Barão de Mauá.

### Questão 98



Trecho em construção da ferrovia Madeira-Mamoré  
Internet: [https://drupal-multisite-s3-uol.s3-us-west-2.amazonaws.com/files/ferrovia\\_do\\_diabo\\_-\\_madeira-mamore\\_-\\_amazonas\\_-\\_construcao\\_-\\_obras\\_-\\_history\\_channel\\_brasil.jpg](https://drupal-multisite-s3-uol.s3-us-west-2.amazonaws.com/files/ferrovia_do_diabo_-_madeira-mamore_-_amazonas_-_construcao_-_obras_-_history_channel_brasil.jpg)

Relacionando a hidrografia ao traçado original da ferrovia Madeira-Mamoré, assinale a opção correta.

- Ⓐ A ferrovia seguia o contorno do rio Madeira e, no rio Mamoré, na altura da cidade de Nova Mamoré, seguia também o contorno do rio Jaci-Paraná.
- Ⓑ Na altura da cidade de Abunã, a ferrovia atravessava o rio Mamoré por uma ponte que hoje foi substituída por uma ponte rodoviária de acesso a Porto Velho e ao Acre.
- Ⓒ O nome da ferrovia é inspirado nos nomes dos rios homônimos, cujo contorno a ferrovia segue, da cidade de Guajará-Mirim até Porto Velho.
- Ⓓ O nome da ferrovia foi influenciado pelos municípios de início e final do traçado original. Porto Velho, às margens do rio Madeira e Nova Mamoré, nas margens do rio homônimo ao município.
- Ⓔ Seguindo a margem do rio pela ferrovia, o trajeto de Jaci-Paraná até Porto Velho também poderia ser feito pela hidrovia do rio Madeira.

### Questão 99

Durante o ano de 1902, houve tentativas de tropas bolivianas de ocupar o território acreano. Os bolivianos foram atacados por tropas, lideradas por um militar brasileiro, que defendiam os seringais dos brasileiros. Tratava-se de batalha travada entre o exército boliviano e os revolucionários acreanos, que até então não contavam com o respaldo oficial do governo brasileiro, apesar do forte apoio do governo do estado do Amazonas, do financiamento de capital particular brasileiro e do respaldo na opinião pública nacional.

Internet: <<https://cpdoc.fgv.br>> (com adaptações).

O líder a que se refere o texto chamava-se

- Ⓐ Rodrigues Alves.
- Ⓑ José Plácido de Castro.
- Ⓒ Luis Gálvez de Arias.
- Ⓓ Barão do Rio Branco.
- Ⓔ Alexandre de Gusmão.

### Questão 100



Na mansão do Barão do Rio Branco, se reuniram os delegados da Bolívia e do Brasil para firmar o Tratado de 17 de novembro de 1903.

Internet: <https://www.soldepando.com/wp-content/uploads/2016/11/Tratado-Petropolis-Firmantes.jpg>

A respeito do contexto que antecedeu aos eventos que culminariam na assinatura do Tratado de Petrópolis, assinale a opção correta.

- Ⓐ O Tratado de Petrópolis estabelecia que a contrapartida da Bolívia seria a criação do *Bolivian Syndicate*, uma organização de proteção aos seringalistas brasileiros.
- Ⓑ A última estratégia da Bolívia para estabelecer a colonização boliviana no território do Acre foi a criação da companhia *Bolivian Syndicate*.
- Ⓒ A composição do Tratado de Petrópolis previa uma indenização aos seringalistas brasileiros caso a negociação não se concretizasse e o Acre ficasse com a Bolívia.
- Ⓓ A negociação do tratado, o qual foi assinado na sede do *Bolivian Syndicate* pelo Barão do Rio Branco, envolveu dois milhões de libras esterlinas e a ferrovia Madeira-Mamoré.
- Ⓔ Os migrantes seringalistas bolivianos já haviam ocupado densamente as terras quando os seringalistas brasileiros chegaram, causando o conflito da Revolução Acreana.